

**DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE:
UMA ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DA PAZ E
RECONCILIAÇÃO NACIONAL**

**DEMOCRACY AND POLITICAL PARTICIPATION IN
MOZAMBIQUE: AN ANALYSIS OF THE CHALLENGES IN
BUILDING PEACE AND NATIONAL RECONCILIATION**

273

Ruben Daniel Ulaia

Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique.
Assistente Universitário na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas - UCM, Quelimane, Zambézia.
rubenulaia@gmail.com / rulaia@ucm.ac.mz
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2097-5852>

Tomás dos Santos Anastácio Vilanculos

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, Quelimane, Zambézia. tomasvilanculos@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-0504-6298>

Momade Arnaldo Juízo

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, Quelimane, Zambézia. momadejuizo090@gmail.com

Paulo Ivo Patreque Cassicai

Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique.
kassicai@yahoo.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0823-7875>

Álvaro Jaime Fernando Mambara Dembuenda

Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique.
Assistente Universitário na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, Quelimane, Zambézia. Assistente Universitário na Universidade Aberta ISCED, Beira, Sofala. Alvaromambara@gmail.com / adembuenda@uniscad.edu.mz
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5548-1652>

RESUMO

O presente estudo buscou analisar natureza da paz em que Moçambique está inserido no processo de democratização e a participação política para a promoção da reconciliação e da paz. A metodologia adotada foi qualitativa, com enfoque hermenêutico, permitindo uma interpretação das práticas políticas e sociais do país, além de investigar o significado atribuído por diferentes atores ao conceito de paz. Através da análise de textos e documentos históricos, foi possível compreender a complexidade do contexto moçambicano. A principal conclusão do estudo é que a paz em Moçambique é predominantemente caracterizada como uma paz condicional e imperial, sustentada por acordos frágeis e uma dependência de intervenções externas. A consolidação da democracia e a inclusão de todas as vozes no processo político ainda são limitadas, reforçando a necessidade de processos mais profundos

de reconciliação. Apenas superando as desigualdades estruturais e fortalecendo as instituições será possível alcançar uma paz duradoura, conforme os princípios da fraternidade e inclusão social propostos pela *Fratelli Tutti* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Democracia; Participação Política; Paz; Reconciliação.

ABSTRACT

The present study sought to analyse the nature of the peace in which Mozambique is embedded within the process of democratisation and political participation for the promotion of reconciliation and peace. The adopted methodology was qualitative, with a hermeneutic approach, allowing for an interpretation of the country's political and social practices, as well as investigating the meaning attributed by different actors to the concept of peace. Through the analysis of texts and historical documents, it was possible to understand the complexity of the Mozambican context. The main conclusion of the study is that peace in Mozambique is predominantly characterised as a conditional and imperial peace, sustained by fragile agreements and a reliance on external interventions. The consolidation of democracy and the inclusion of all voices in the political process remain limited, reinforcing the need for deeper reconciliation processes. Only by overcoming structural inequalities and strengthening institutions will it be possible to achieve lasting peace, in line with the principles of fraternity and social inclusion proposed by *Fratelli Tutti* and the Sustainable Development Goals.

Keywords: Democracy; Political Participation; Peace; Reconciliation.

INTRODUÇÃO

A democracia e a participação política são elementos essenciais para a construção de uma sociedade justa e equitativa, especialmente em contextos pós-conflito. No caso de Moçambique, que emergiu de um longo período de guerra civil, esses conceitos tornam-se ainda mais cruciais, pois são vistos como instrumentos de promoção da paz e da reconciliação nacional. A transição para um sistema democrático e a incorporação de práticas de participação política têm, no entanto, enfrentado uma série de desafios, entre os quais se destacam as tensões étnicas e políticas, as desigualdades socioeconômicas e as questões de governação. Estes obstáculos sublinham a necessidade de refletir sobre o futuro do país, inspirado por visões de fraternidade e justiça social, tal como proposto na encíclica *Fratelli Tutti*, do Papa Francisco, que propõe um “Mundo de Esperança, de Paz e de Justiça” como meta a ser alcançada.

Nesta linha de pensamento, os ideais de fraternidade e amizade social apresentados por Papa Francisco (2020) conectam-se aos princípios de paz perpétua de Immanuel Kant. A fraternidade promove a igualdade e a justiça social, enquanto a amizade social incentiva o diálogo inclusivo, essenciais para a reconciliação em sociedades divididas. Kant (2010), por sua vez, destaca a democracia e a participação política como pilares para a paz duradoura, reforçando a necessidade de um envolvimento ativo da população na construção de um futuro mais justo e pacífico. Assim, a conjugação destes ideais pode guiar Moçambique na sua busca por paz e justiça, ainda que o país se depare com desafios significativos.

Diante deste contexto, surge a pergunta central: Qual é a natureza da paz em que Moçambique está inserido, dado o seu processo de pós-conflito e os desafios atuais?

Para responder a esta questão, é necessário revisitar o cenário político e histórico do país. Após a sua independência de Portugal em 1975, Moçambique foi mergulhado em uma guerra civil que se prolongou até 1992. O conflito armado entre a Frente de Libertação de Moçambique

(FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) deixou cicatrizes profundas, tanto no tecido social como no político. O Acordo Geral de Paz, assinado em 1992, representou o ponto de partida para a construção de uma democracia multipartidária. Contudo, a paz conquistada tem sido frágil, marcada por episódios de instabilidade e ressurgimento de conflitos, o que coloca a participação política como um mecanismo vital para consolidar uma paz inclusiva e sustentável.

O objectivo central do estudo é analisar qual é a natureza da paz em que Moçambique está inserido, dado o seu processo de pós-conflito e os desafios atuais, não obstante, a pesquisa procura identificar as barreiras e oportunidades para fortalecer a democracia e a participação política como instrumentos eficazes de paz e reconciliação, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas políticas do país.

Adotou-se uma abordagem qualitativa com um enfoque hermenêutico, justificada pela necessidade de interpretar os significados e as narrativas subjacentes às práticas políticas e sociais em Moçambique, especialmente no contexto da sua transição democrática. O cunho hermenêutico é apropriado, pois permite compreender como os atores sociais e políticos moçambicanos atribuem significado às práticas de democracia e participação política em um ambiente pós-conflito, além de analisar como essas práticas são moldadas por diferentes visões e expectativas sobre a paz e a reconciliação.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A democracia e a participação política são temas amplamente discutidos e analisados na literatura política. Esses conceitos são centrais para a compreensão dos processos de governação e inclusão social em diversas sociedades.

A democracia, em sua essência, é frequentemente definida como um sistema de governo no qual o poder é exercido pelo povo, diretamente ou através de representantes eleitos. Robert Dahl (1989) argumenta que a democracia se caracteriza por um conjunto de instituições e práticas que garantem a participação dos cidadãos na tomada de decisões políticas. Para o autor, a democracia é mais do que eleições, envolve também liberdade de expressão, acesso à informação, e igualdade política.

Carvalho (2002) ressalta que a democracia não se restringe ao voto, mas inclui também direitos civis e sociais que permitem aos cidadãos participar plenamente da vida política. Ele argumenta que a participação política efetiva depende do reconhecimento e proteção desses direitos, sem os quais a democracia se torna incompleta.

No mesmo diapasão Brito (2007) se foca na evolução democrática de Moçambique pós-independência. O autor argumenta que a democracia em Moçambique deve ser entendida à luz de sua história recente de conflito e construção nacional. Ele destaca que a participação política no país enfrenta desafios como a desigualdade socioeconómica e a necessidade de reconciliação nacional, que são cruciais para a consolidação democrática.

Adiante, Moco (2004) discute a relação entre democracia e desenvolvimento. Moco sugere que a democratização em África é um processo em andamento, influenciado por sua história de guerra civil e desafios económicos. Enfatiza a importância da participação política como um

meio para alcançar a paz duradoura e o desenvolvimento sustentável, destacando que a inclusão de diferentes grupos sociais é essencial para a construção de uma democracia sólida.

A participação política, por sua vez, é entendida como o envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios que afetam suas vidas. Bobbio (1986) define a participação política como a capacidade dos cidadãos de influenciar o governo e suas políticas. Bobbio argumenta que a participação política é um indicador chave da qualidade democrática de um regime, pois reflete o grau de envolvimento e controle que os cidadãos exercem sobre seus governantes.

Essas discussões refletem a diversidade de perspectivas sobre democracia e participação política. Em comum, esses autores destacam a importância da inclusão, igualdade e acesso à informação como fundamentos para uma democracia robusta. A análise comparativa entre diferentes contextos nacionais revela que, apesar das variações históricas e culturais, a essência da democracia e da participação política reside na capacidade dos cidadãos de exercerem sua soberania de maneira plena e eficaz.

PAZ E RECONCILIAÇÃO

A paz, como conceito, tem sido amplamente debatida por autores de diferentes áreas ao longo do tempo. De acordo com Salles Filho (2014), no senso comum, a paz é frequentemente vista como o oposto da guerra ou como a simples ausência de conflito armado. Esse entendimento popular reflete uma concepção limitada, denominada "paz negativa", que se refere exclusivamente à ausência de violência física direta. Contudo, essa visão é insuficiente para abarcar a complexidade da paz em sociedades contemporâneas, especialmente em contextos pós-conflito.

Para aprofundar o conceito de paz, Galtung (1996) apresenta uma distinção essencial entre "paz negativa" e "paz positiva". A paz negativa, como mencionado, refere-se à ausência de violência direta, enquanto a paz positiva envolve a eliminação das causas estruturais da violência, tais como desigualdade, injustiça e marginalização social. Segundo o mesmo autor, a paz sustentável só pode ser alcançada quando as estruturas sociais e econômicas são transformadas para promover a justiça e a equidade (Ibid). Assim, a paz positiva vai além da ausência de guerra, englobando o desenvolvimento de condições que garantam uma convivência harmoniosa e justa entre os membros da sociedade.

Por outro lado, Lederach (1997) introduz uma abordagem relacional para a construção da paz, argumentando que o processo deve ocorrer tanto de cima para baixo, com o envolvimento das lideranças políticas, quanto de baixo para cima, com a participação ativa das comunidades locais. Ele destaca a importância da reconciliação para garantir a paz duradoura, enfatizando que a construção da paz é um processo contínuo, relacional e profundamente enraizado nas dinâmicas sociais. Para o mesmo autor, "a paz verdadeira só pode ser construída com base na restauração de relações e na construção de uma infraestrutura social para a paz" (p. 56). A partir dessa visão, é possível entender que a paz não é apenas um estado, mas também um processo que envolve o fortalecimento das conexões humanas e a criação de uma rede de apoio social e político.

Complementando essa discussão, Richmond (2014) argumenta que a paz sustentável deve ser localmente apropriada e legitimada. Para o autor, é fundamental que as práticas de construção

da paz sejam contextualizadas e que as comunidades afetadas pelo conflito desempenhem um papel ativo no processo. Essa abordagem reconhece a importância das práticas tradicionais e indígenas de resolução de conflitos, que muitas vezes são ignoradas pelas intervenções internacionais, mas que possuem um grande potencial de promover a paz de forma mais eficaz e duradoura.

No entanto, ao refletir sobre o conceito de paz, é igualmente importante considerar outras perspectivas. De acordo com Bouthoul (1991), "a guerra e a paz são duas faces da mesma moeda, o reverso e o anverso da vida social" (p. 24). Essa visão sugere que a paz é parte integrante da dinâmica social, mas sua existência está inevitavelmente vinculada ao conflito. Santo Agostinho de Hipona, por sua vez, define a paz como a "tranquilidade na ordem", o que implica que a paz verdadeira não pode ser alcançada sem a presença de uma estrutura social ordenada e justa (Agostinho, 2006, p. 36).

Nesse sentido, a paz também pode ser entendida em suas diferentes formas e intensidades, abrangendo uma gama de tipos que refletem níveis distintos de estabilidade, segurança e legitimidade. De acordo com Salles Filho (2014), existem dez tipos de paz que ajudam a embasar a análise sobre os processos de pacificação e reconciliação em contextos pós-conflito. Esses tipos são: paz imposta, paz durável, paz estável, paz precária, paz condicional, paz sustentável, paz instável, paz de equilíbrio, paz hegemônica e paz imperial. Cada um deles oferece uma perspectiva particular sobre como a paz pode ser mantida ou fragilizada, dependendo das dinâmicas sociais, políticas e econômicas envolvidas.

A paz imposta, por exemplo, resulta da imposição de uma potência ou de um acordo entre as partes em conflito, frequentemente por meio de uma intervenção externa ou um pacto de paz formal. Embora possa trazer uma pausa imediata à violência, sua fragilidade reside no fato de depender de forças externas para sua manutenção (Salles Filho, 2014). Por outro lado, a paz durável manifesta-se em uma sociedade onde o governo possui legitimidade tanto interna quanto internacional, e os conflitos são resolvidos dentro de instituições democráticas. Essa forma de paz é caracterizada pela resolução pacífica de tensões entre grupos sociais e políticos, embora raramente exista uma ausência completa de conflitos (Ibid).

A paz estável refere-se a um estado em que a probabilidade de guerra ou conflito armado é extremamente baixa, com ambas as partes envolvidas no conflito anterior descartando a possibilidade de retomar a violência. Já a paz precária é definida por uma ausência temporária de conflitos armados ou hostilidades militares, onde o retorno ao conflito permanece uma possibilidade concreta caso não sejam geridos corretamente os fatores que levaram ao cessar-fogo (Ibid).

A paz condicional depende de um equilíbrio frágil, mantido por mecanismos de dissuasão que preservam a paz, mesmo em um ambiente onde prevalecem ameaças de violência ou tensões latentes. Em contrapartida, a paz sustentável é mais abrangente, englobando a reconciliação e a normalização da vida dos cidadãos. Ela é baseada em condições estruturais que promovem a coesão social, incluindo elementos como compaixão, perdão e o abandono de ressentimentos, fatores essenciais para a reconstrução de uma sociedade pós-conflito (Ibid).

Outros tipos incluem a paz instável, onde o governo se mantém no poder por meio de coerção ou repressão, com uma sociedade polarizada e comunicação limitada entre governantes e governados, e a paz de equilíbrio, que resulta do balanço de forças entre grupos com poder

semelhante, sustentada por alianças temporárias (Salles Filho, 2014). A paz hegemônica, por sua vez, emerge do equilíbrio entre Estados, com um deles exercendo superioridade estrutural sobre os demais, enquanto a paz imperial é estabelecida por meio da dominação de um Estado por outro, implicando a redução parcial ou total da soberania do Estado subordinado.

Dessa forma, esses dez tipos de paz permitem uma compreensão mais ampla e complexa do que significa "estar em paz", destacando as diferentes formas como a paz pode ser mantida ou ameaçada. Cada tipo de paz envolve não apenas a ausência de violência, mas também a natureza das relações de poder, a legitimidade das instituições e o envolvimento das comunidades em processos de reconciliação e justiça social. Esses conceitos serão centrais para a análise do processo de construção da paz e da reconciliação em Moçambique, ajudando a situar o país dentro desse espectro de diferentes tipos de paz.

Ao relacionar paz e reconciliação, é fundamental considerar que esses conceitos estão profundamente interligados. De acordo com Bloomfield (2003), a reconciliação é o processo pelo qual sociedades divididas pelo conflito podem reconstruir laços sociais e políticos. Ela não é apenas o fim do conflito, mas também um processo contínuo de cura e reconstrução. Segundo o mesmo autor, a reconciliação envolve o reconhecimento do sofrimento passado, a aceitação da responsabilidade pelas ações cometidas durante o conflito e o esforço para restaurar a confiança mútua. Neste sentido, a reconciliação vai além do simples cessar-fogo ou do acordo de paz, exigindo uma transformação mais profunda nas relações sociais.

Ferreira (2005) acrescenta que a reconciliação está intrinsecamente ligada à justiça restaurativa. Ele argumenta que, em contextos de pós-conflito, a justiça não deve ser apenas punitiva, mas também restauradora, buscando reparar as relações rompidas e garantir que as vítimas sejam ouvidas e atendidas. O autor ainda defende que a reconciliação é um componente essencial da paz duradoura, pois sem a cura das feridas do passado, a paz permanece instável e frágil. Nesse sentido, a paz e a reconciliação se complementam, uma vez que a paz não pode ser sustentada sem reconciliação, e a reconciliação não pode ser alcançada sem uma paz estrutural.

Com base nesses autores, podemos agora introduzir duas teorias influentes que ajudam a compreender o processo de construção da paz. Galtung (1996), como mencionado anteriormente, distingue entre "paz negativa" e "paz positiva". Segundo ele, a paz negativa é simplesmente a ausência de violência direta, enquanto a paz positiva implica a eliminação das causas estruturais da violência, como a desigualdade e a injustiça. Ainda segundo o autor, a paz sustentável só pode ser alcançada quando as estruturas sociais são transformadas para promover a justiça e a equidade.

Além de Galtung, Lederach (1997) apresenta uma abordagem centrada na construção da paz a partir da base. Ele propõe um modelo que integra esforços tanto de cima para baixo quanto de baixo para cima, destacando a necessidade de envolver líderes comunitários e organizações de base no processo de reconciliação. Adiante, o mesmo autor argumenta que a construção da paz é um processo relacional, que requer o fortalecimento de vínculos sociais e a criação de uma infraestrutura para a paz. Essa abordagem sublinha a importância de considerar as realidades locais e as interações sociais, reconhecendo que a paz sustentável só pode ser alcançada com o envolvimento de todos os níveis da sociedade, desde os governantes até as comunidades.

Nesse ponto, surge a questão: o modelo ideal seria alcançar a paz para, em seguida, promover a reconciliação, ou seria a reconciliação o caminho para alcançar a paz? Esta é uma questão fundamental que abordaremos adiante, mas, antes de tentar responder a essa pergunta, é necessário compreender a história política de Moçambique e como os processos de paz e reconciliação têm sido moldados nesse contexto específico.

HISTÓRIA POLÍTICA DE MOÇAMBIQUE (1975-2023)

A história política de Moçambique desde a independência em 1975 é marcada por uma série de eventos significativos que moldaram o país e influenciaram profundamente sua trajetória política e social. Após séculos de colonização portuguesa, Moçambique alcançou a independência em 25 de junho de 1975, sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Samora Machel. Este evento foi um marco decisivo na história do país, resultando no estabelecimento de um governo socialista de partido único.

Logo após a independência, o governo da FRELIMO enfrentou vários desafios, incluindo a necessidade de reconstrução nacional e a consolidação da paz. Entretanto, o contexto internacional da Guerra Fria e as tensões regionais contribuíram para o início de uma prolongada guerra civil entre o governo da FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), um movimento rebelde apoiado pelo regime do apartheid na África do Sul e pela Rodésia. Este conflito devastador durou 16 anos, resultando em enormes perdas humanas e destruição de infraestruturas (Newitt, 1995).

A morte de Samora Machel em um acidente de avião em 1986 foi outro evento crucial. Joaquim Chissano assumiu a presidência, iniciando um processo de reformas políticas e económicas. Em 1990, uma nova constituição foi adotada, que abriu caminho para a introdução do multipartidarismo e economia de mercado. Este foi um passo fundamental para o término do conflito, culminando na assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, mediado pela Comunidade de Sant'Egidio, que oficialmente encerrou a guerra civil (Mazula, 1995).

As primeiras eleições multipartidárias ocorreram em 1994, marcando uma transição significativa para a democracia. Joaquim Chissano foi eleito presidente, e a FRELIMO manteve o controle do governo. As eleições foram vistas como um avanço para a estabilização política e reconciliação nacional, apesar de várias dificuldades e denúncias de fraudes eleitorais (Manning, 2002).

Nos anos subsequentes, Moçambique experimentou períodos de crescimento económico significativo, impulsionado em parte pela descoberta de vastos recursos naturais, incluindo gás natural e carvão. No entanto, a governação e a corrupção continuaram sendo desafios persistentes. A presidência de Armando Guebuza (2005-2015) foi marcada por tentativas de reforma e desenvolvimento, mas também por acusações de corrupção e autoritarismo (Hanlon, 2010).

Em 2015, Filipe Nyusi assumiu a presidência, enfrentando uma série de crises, incluindo a retomada de tensões com a RENAMO. Em 2019, um novo acordo de paz foi assinado entre o governo e a RENAMO, buscando resolver as diferenças remanescentes e promover uma reconciliação duradoura (Bertelsen, 2020). Contudo, desafios como ataques insurgentes no

norte do país, particularmente na província de Cabo Delgado, emergiram como novas ameaças à estabilidade e segurança nacional.

A história política recente de Moçambique continua a ser moldada por seus esforços para consolidar a democracia, promover o desenvolvimento económico e enfrentar a insegurança. A capacidade do país de superar esses desafios será crucial para seu futuro político e social.

A PAZ DEVE PRECEDER A RECONCILIAÇÃO OU A RECONCILIAÇÃO É O CAMINHO NECESSÁRIO PARA ALCANÇAR A PAZ?

280

A paz não pode ser reduzida apenas à ausência de violência, mas deve incorporar a restauração de relações sociais e a superação de desigualdades e injustiças estruturais, o que se alinha à distinção de Galtung (1996) entre "paz negativa" e "paz positiva". A encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco (2020) reforça essa perspectiva ao promover a fraternidade e a amizade social como fundamentos para uma paz duradoura, enfatizando que a verdadeira paz só pode ser alcançada através da reconciliação. Essa visão está profundamente conectada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a paz, a justiça e a inclusão social como metas fundamentais para o desenvolvimento global (ONU, 2015).

Nesse contexto, a reconciliação deve ser entendida como um processo relacional, essencial para a construção da paz. Lederach (1997) argumenta que a paz sustentável só pode ser atingida por meio da reconstrução de laços sociais e da cura das feridas do passado, sendo a reconciliação o meio de promover o perdão e restaurar a confiança entre grupos anteriormente em conflito. Em Moçambique, apesar do Acordo Geral de Paz de 1992 ter conseguido encerrar o conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO, as divisões sociais e políticas permanecem evidentes. O processo de reconciliação, portanto, continua sendo necessário para consolidar uma paz que vá além da mera ausência de conflito. A visão apresentada por Lederach se alinha à proposta de *Fratelli Tutti*, que sustenta que a paz não pode ser imposta ou superficial, mas deve ser fruto de um compromisso sincero de reconciliação e solidariedade (Francisco, 2020). Isso reforça a importância de curar as divisões históricas em Moçambique, restaurando o diálogo entre os diversos grupos sociais.

Além disso, a reconciliação em Moçambique deve ser compreendida à luz dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. O ODS 16, que trata de "Paz, Justiça e Instituições Eficazes", estabelece que a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, juntamente com o fortalecimento das instituições democráticas, é essencial para a construção da paz (ONU, 2015). Nesse sentido, a reconciliação não pode ocorrer sem um esforço contínuo para fortalecer as instituições moçambicanas e promover a justiça social. Moçambique ainda enfrenta desafios significativos em termos de desigualdade, pobreza e marginalização de grupos sociais específicos, fatores que continuam a alimentar tensões políticas e sociais. A *Fratelli Tutti* (2020) enfatiza que a paz só é possível quando se promove a dignidade humana e o respeito pelos direitos de todos, o que demanda um processo de reconciliação profundo e abrangente. Portanto, sem enfrentar as causas estruturais de desigualdade, a reconciliação em Moçambique seria incompleta, e o risco de novos conflitos permaneceria.

Outro ponto fundamental é que a reconciliação, para ser efetiva, deve ser vista como parte de um esforço maior para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, especialmente o

ODS 10, que visa "Reduzir as Desigualdades". Esse objetivo sublinha a necessidade de promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades, elementos essenciais para uma paz duradoura (ONU, 2015). Em Moçambique, as desigualdades entre as regiões e grupos sociais continuam a ser um obstáculo significativo à reconciliação. Nesse cenário, a promoção de políticas que visem a inclusão de todos os setores da sociedade é fundamental para garantir que o processo de reconciliação não seja meramente simbólico, mas que gere mudanças reais no tecido social do país. A encíclica *Fratelli Tutti* também defende que a paz está intrinsecamente ligada à justiça social e à equidade, reforçando a ideia de que uma paz sustentável deve abordar as raízes profundas das desigualdades (Francisco, 2020).

Por conseguinte, é necessário observar que a paz em Moçambique, desde o fim da guerra civil, é marcada por acordos políticos frágeis que, apesar de estabilizarem temporariamente o país, não conseguiram resolver plenamente as causas subjacentes do conflito. Nesse contexto, a reconciliação emerge como o caminho mais adequado para transformar essa paz frágil em uma paz duradoura. Lederach (1997) ressalta que a reconciliação requer a participação ativa de todos os setores da sociedade, desde as elites políticas até as bases comunitárias, a fim de fortalecer os vínculos sociais e promover uma paz sustentável. Essa abordagem está em harmonia com os ODS e a *Fratelli Tutti*, que apontam para a importância de se construir uma paz baseada na justiça, no diálogo e na solidariedade.

Além disso, a reconciliação em Moçambique deve ser compreendida como um processo de longo prazo, que envolve tanto a cura das feridas individuais quanto a transformação das estruturas sociais e políticas que perpetuam a exclusão. O ODS 16 destaca a necessidade de instituições fortes e inclusivas para garantir que a paz seja sustentada, e o ODS 10 reforça a necessidade de reduzir as desigualdades dentro e entre os países (ONU, 2015). Dessa forma, o processo de reconciliação em Moçambique deve estar alinhado com esses objetivos, pois só assim será possível construir uma paz duradoura que beneficie a todos.

No entanto, a reconciliação não é apenas um passo necessário para a paz em Moçambique, mas o caminho essencial para transformar uma paz frágil e condicional em uma paz verdadeiramente sustentável e inclusiva. Ao seguir os princípios de fraternidade e amizade social defendidos por *Fratelli Tutti* e ao alinhar-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Moçambique pode consolidar sua paz, superando as divisões do passado e garantindo um futuro de justiça social para todos os seus cidadãos. A reconciliação, portanto, não é um mero complemento à paz, mas sim a base sobre a qual a paz verdadeira deve ser construída, garantindo que todas as camadas da sociedade sejam incluídas no processo de transformação social.

PAZ PRECÁRIA OU PAZ DURÁVEL? ONDE MOÇAMBIQUE SE ENQUADRA NOS 10 TIPOS DE PAZ?

A paz em Moçambique, desde o fim da guerra civil em 1992, pode ser caracterizada predominantemente como uma paz condicional e, em alguns aspectos, uma paz imperial. Essas duas formas de paz são refletidas tanto nas dinâmicas internas quanto nas influências externas que têm moldado o desenvolvimento do país.

Em primeiro lugar, a paz condicional em Moçambique está profundamente enraizada na história política recente do país, que inclui a guerra civil (1977-1992) entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). O Acordo Geral de Paz, assinado em 1992, marcou o fim das hostilidades, mas não eliminou completamente as causas estruturais que levaram ao conflito. Esse tipo de paz é caracterizado pela necessidade constante de vigilância e mediação para prevenir a escalada da violência, o que torna a paz em Moçambique dependente de acordos e negociações periódicas entre as partes em conflito. Salles Filho (2014) descreve a paz condicional como um estado de relacionamento onde a dissuasão é crucial para preservar a estabilidade. Em Moçambique, esse processo de dissuasão é evidente nos vários acordos de cessar-fogo e desarmamento que foram necessários para manter a paz ao longo das décadas. O retorno ocasional de tensões e confrontos armados mostra que a paz é mantida sob condições frágeis, dependendo do cumprimento contínuo de acordos e da intervenção de mediadores externos, como as Nações Unidas e organizações regionais.

Por outro lado, a paz imperial em Moçambique se manifesta principalmente na forma como o país foi inserido no sistema internacional. Moçambique continua a depender fortemente da ajuda externa, tanto financeira quanto técnica, para manter a estabilidade. Instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial desempenham papéis cruciais na definição de políticas económicas e fiscais no país, o que restringe sua autonomia em determinadas áreas. Essa dependência externa caracteriza a paz imperial em Moçambique, onde o país é obrigado a seguir diretrizes impostas por potências globais e instituições financeiras multilaterais. O controle sobre aspectos cruciais da economia e da política externa moçambicana por meio de condicionantes impostos por essas entidades limita a capacidade do Estado de exercer sua plena soberania, uma característica central da paz imperial.

A dualidade entre paz condicional e paz imperial em Moçambique torna o cenário político ainda mais complexo. Por um lado, o país precisa manter um delicado equilíbrio interno para evitar o ressurgimento do conflito armado, o que caracteriza a paz condicional. Por outro lado, a influência externa contínua limita sua autonomia, configurando uma paz imperial que impede o país de tomar decisões plenamente soberanas. Esse tipo de cenário torna a paz em Moçambique um processo contínuo e frágil, onde a verdadeira estabilidade depende tanto de fatores internos quanto externos.

Além disso, a paz condicional e imperial pode ser observada na forma como o governo mantém sua autoridade. Embora a situação política seja frequentemente descrita como estável (Situação política de Moçambique é estável – PM, 2023), essa estabilidade muitas vezes é garantida por meio de mecanismos coercitivos, como o uso das forças de segurança para conter dissidências e protestos. Salles Filho (2014) descreve a paz condicional como um estado onde prevalecem fortes ameaças de violência, e em Moçambique, essas ameaças permanecem presentes, especialmente em regiões onde a RENAMO ainda exerce influência. A capacidade do governo de manter a ordem está ligada tanto à sua legitimidade interna quanto à sua capacidade de deter a oposição com força, o que reforça o caráter condicional da paz.

Contudo, a paz em Moçambique caracteriza-se como uma combinação de paz condicional e paz imperial. Internamente, o país mantém uma paz frágil, dependente de acordos entre as partes conflitantes e de mecanismos de dissuasão que evitam a eclosão de novos conflitos.

Portanto, a verdadeira estabilidade em Moçambique só poderá ser alcançada quando o país superar tanto as condições internas que perpetuam a violência quanto as influências externas que limitam sua soberania.

DESAFIOS NA RECONCILIAÇÃO E PROMOÇÃO DA PAZ NACIONAL

Moçambique tem enfrentado diversos desafios específicos na reconciliação e promoção da paz, decorrentes de sua complexa história política, econômica e social. A transição do país de um estado de conflito prolongado para uma paz duradoura não é simples, e envolve uma série de obstáculos que precisam ser abordados de forma eficaz e sustentada.

Um dos principais desafios é a persistente desigualdade socioeconômica. Embora Moçambique tenha experimentado um crescimento econômico significativo nas últimas décadas, os benefícios desse crescimento não foram distribuídos de maneira equitativa. A desigualdade entre as zonas rurais e urbanas, assim como entre diferentes regiões do país, alimenta tensões sociais e políticas. Segundo Hanlon (2010), a concentração de riqueza em mãos de uma pequena elite urbana, frequentemente ligada ao partido no poder, cria ressentimentos e sensação de exclusão entre a população rural e os marginalizados urbanos, minando os esforços de reconciliação.

Outro desafio crítico é a fragilidade das instituições democráticas. A história política de Moçambique, marcada por décadas de governo de partido único e guerra civil, resultou em instituições que muitas vezes são vistas como extensões do partido no poder. A falta de confiança nas instituições públicas, incluindo o sistema judiciário e as forças de segurança, compromete a legitimidade do estado e dificulta a implementação de políticas inclusivas de reconciliação. A literatura destaca que a confiança nas instituições é fundamental para a construção de uma paz duradoura (Manning, 2002).

A questão da descentralização também se apresenta como um desafio significativo. Embora reformas de descentralização tenham sido implementadas para promover uma governação mais inclusiva e responsiva, sua eficácia tem sido limitada por resistências políticas e administrativas. A RENAMO, principal partido de oposição, historicamente reivindicou maior autonomia para as províncias onde possui apoio significativo. As negociações sobre descentralização têm sido um ponto de discórdia contínuo, com impactos diretos na estabilidade política do país (Bertelsen, 2020).

A presença de conflitos armados persistentes, especialmente na província de Cabo Delgado, onde insurgentes têm realizado ataques desde 2017, representa um desafio urgente para a paz e segurança nacional. Esses conflitos não apenas causam deslocamento de populações e perda de vidas, mas também complicam os esforços de reconciliação ao introduzir novas dinâmicas de violência e insegurança. A resposta do governo a esses conflitos tem sido criticada por ser predominantemente militar, sem abordar adequadamente as causas subjacentes, como a pobreza extrema e a marginalização social (Morier-Genoud, 2020).

A reconciliação também é prejudicada por memórias de violência e abusos de direitos humanos cometidos durante a guerra civil e em conflitos subsequentes. Iniciativas de justiça transicional, como as comissões de verdade, foram limitadas em Moçambique, deixando muitas vítimas sem reconhecimento ou reparação. Segundo Alden (2002), a falta de um processo robusto de justiça

transicional impede a cura das feridas sociais e a construção de um novo contrato social baseado na confiança e no respeito mútuo.

Finalmente, a corrupção endêmica representa um obstáculo significativo. A corrupção corrói a confiança pública nas instituições e desvia recursos que poderiam ser usados para programas de desenvolvimento e reconciliação. Hanlon (2010) argumenta que a luta contra a corrupção é essencial para garantir que os recursos do estado sejam utilizados de forma a beneficiar a população em geral, promovendo uma paz sustentável.

Assim, Moçambique enfrenta uma combinação de desafios históricos, económicos, políticos e sociais na promoção da reconciliação e da paz. Abordar essas questões requer uma abordagem holística que inclui reformas institucionais, inclusão socioeconómica, descentralização efetiva, resolução de conflitos e mecanismos robustos de justiça transicional e combate à corrupção.

CONCLUSÃO

A natureza da paz em que Moçambique está inserido é marcada por uma característica condicional e imperial, sendo sustentada por acordos frágeis e uma dependência significativa de intervenções externas. Embora o Acordo Geral de Paz de 1992 tenha encerrado o conflito armado, os desafios relacionados às tensões políticas, desigualdade socioeconómica e marginalização social continuam a impedir a consolidação de uma paz verdadeiramente duradoura. A reconstrução democrática, acompanhada da promoção de uma participação política mais inclusiva, ainda está incompleta, o que evidencia a necessidade de processos de reconciliação mais profundos e abrangentes.

Nesse contexto, superar esses obstáculos é fundamental para garantir uma paz sustentável. A resolução das desigualdades, o combate à corrupção e o fortalecimento das instituições são essenciais para que Moçambique avance rumo a uma paz genuína e autossuficiente. Somente por meio de uma reconciliação autêntica, que enfrente as causas estruturais do conflito e promova a inclusão social, o país poderá alcançar uma paz sólida e verdadeiramente duradoura, capaz de reduzir sua dependência de influências externas e assegurar sua plena soberania.

Contudo, a reconciliação deve ser vista não apenas como um caminho, mas como a base sobre a qual se deve construir uma paz sólida e duradoura. Moçambique só alcançará uma paz verdadeira quando for capaz de resolver suas tensões internas e garantir a soberania plena, sem depender de influências externas.

REFERÊNCIAS

ALDEN, C. **Mozambique and Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building**. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2002.

BERTELSEN, B. E. **Violence in Cabo Delgado, Mozambique: The Forgotten History of a Worried Region**. *African Studies Review*, v. 63, n. 4, p. 794-814, 2020.

BLOOMFIELD, D., BARNES, T., & HUYSE, L. *Reconciliation after violent conflict: A handbook*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance. (Eds.). (2003).

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Paz e Terra, 1986.

BRITO, L. DE. *A democracia moçambicana: um percurso complicado*. In: MOÇAMBIQUE: Democracia e Desenvolvimento, 2007.

CARVALHO, J. M. DE. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Civilização Brasileira, 2002.

CLARK, P. *The Gacaca Courts, Post-Genocide Justice and Reconciliation in Rwanda: Justice without Lawyers*. Cambridge University Press, 2010.

DAHL, R. A. *Democracy and Its Critics*. Yale University Press, 1989.

FERREIRA, P. M. (2005). *Justiça e reconciliação pós-conflito em África*. Cadernos de Estudos Africanos, 7/8, 9-29. Recuperado de <https://journals.openedition.org/cea/1370>

FRANCISCO. *Fratelli tutti: Sobre a fraternidade e a amizade social*. Vaticano, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/it/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 8 Jun. 2024.

GALTUNG, J. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. Sage Publications, 1996.

HANLON, J. *Mozambique: 'the war ended 17 years ago, but we are still poor'*. *Conflict, Security & Development*, v. 10, n. 1, p. 77-102, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14678800903553926>. Acesso em: 8 Jun. 2024.

KANT, I. (2010). *À paz perpétua: Um esboço filosófico* (F. DOHMS, TRAD.). L&PM. (Trabalho original publicado em 1795)

LEDERACH, J. P. *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. United States Institute of Peace Press, 1997.

MANNING, C. *The Politics of Peace in Mozambique: Post-Conflict Democratization, 1992-2000*. Praeger, 2002.

MAZULA, B. *Eleições, democracia e desenvolvimento: o caso de Moçambique*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1995.

MOCO, M. *Angola: Estado, identidade e poder*. Chá de Caxinde, 2004.

MORIER-GENOUD, E. **The Jihadi Insurgency in Mozambique: Origins, Nature and Beginning.** *Journal of Eastern African Studies*, v. 14, n. 3, p. 396-412, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17531055.2020.1789271>. Acesso em: 8 Jun. 2024.

NEWITT, M. **A History of Mozambique.** Indiana University Press, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova Iorque: ONU, 2015. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>

SALLES FILHO, N. A. **Paz positiva, paz negativa e o conflito como elementos centrais na construção da Educação para a Paz.** In *Educação para a Paz: Campo de Conhecimento em Construção no Brasil* (pp. 177-189). Fortaleza: Edições UFC, 2014.

SANTOS, B. DES. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Civilização Brasileira, 2003.

TUTU, D. **No Future Without Forgiveness.** Doubleday, 1999.